



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 269ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1 Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Sala de Reuniões do
2 Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início a Sessão
3 Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do CSMPDFT, Leonardo Roscoe
4 Bessa. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Benis Silva Queiroz Bastos,
5 Arinda Fernandes, José Firmo Reis Soub, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza, Katie de
6 Sousa Lima Coelho e Mauro Faria de Lima, e o Corregedor-Geral do MPDFT em exercício,
7 Procurador de Justiça José Valdenor Queiroz Júnior. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros
8 Ruth Kicis Torrents Pereira e Eduardo José Oliveira de Albuquerque. Convocado o Conselheiro
9 Suplente Antonio Ezequiel de Araujo Neto para composição como titular, tendo em vista o
10 afastamento do Conselheiro Eduardo José de Oliveira Albuquerque, em conformidade com o disposto
11 no artigo 75, do Regimento Interno deste Colegiado. **I – HOMENAGEM E SOLENIDADE DE**
12 **POSSE.** Entrega de placa e posse como Conselheiro Suplente – Biênio 2018/2020, Procurador de
13 Justiça Antônio Ezequiel de Araújo Neto. A Secretária do Conselho Superior Arinda Fernandes fez a
14 leitura do termo de posse do Conselheiro. O Presidente do Conselho Superior Leonardo Roscoe
15 Bessa prestou-lhe homenagens. **II – ELEIÇÃO E ESCOLHA.** Conforme deliberação, à
16 unanimidade, foram eleitos o Procurador de Justiça José Firmo Reis Soub, como Vice-Presidente, e a
17 Procuradora de Justiça Arinda Fernandes, como Secretária. Ambos os cargos contam com o mandato
18 de um ano, de acordo com o disposto nos artigos 4º e 5º, respectivamente, da Resolução CSMPDFT
19 nº 170, de 9 de maio de 2014. **III – EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO**
20 **ANTERIOR.** O Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a ata da 212ª Sessão Extraordinária, de
21 5 de setembro de 2018, da 268ª Sessão Ordinária, de 14 de setembro de 2018, da 213ª Sessão
22 Extraordinária, de 26 de setembro de 2018, e da 214ª Sessão Extraordinária, de 1º de outubro de
23 2018. Os Conselheiros José Firmo Reis Soub e Katie de Sousa Lima Coelho e o Presidente do
24 Conselho Superior não participaram da aprovação da ata da 213ª Sessão Extraordinária, pois estavam
25 ausentes justificadamente na referida reunião. O Conselheiro José Firmo Reis Soub não participou da
26 aprovação da ata da 268ª Sessão Ordinária, pois estava ausente justificadamente na referida reunião.
27 **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.** Resolução CNMP nº 173/2018, que dispõe sobre a
28 publicação das decisões proferidas pelos órgãos colegiados do Ministério Público atribuídos do
29 controle da atuação extrajudicial finalística (*Tabularium* nº 08191.075994/2018-67). O Colegiado, à
30 unanimidade, decidiu que serão inseridas no sistema as decisões a partir da vigência da resolução e
31 não serão disponibilizadas aquelas consideradas sigilosas, a exemplo dos procedimentos correccionais.
32 **B.** Apresentação do cronograma de eleição para elaboração, pelo Conselho Superior, da lista tríplice
33 para o cargo de Corregedor-Geral do MPDFT (art. 1º e 5º, da Resolução CSMPDFT nº 43/2003). O
34 Colegiado aprovou, à unanimidade, o planejamento da referida eleição. **3. COMUNICAÇÕES DA**
35 **PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO – PDDC.** Sem comunicações.
36 **4. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A.** Memorando nº 3158/2018 – Ouvidoria, de 11 de
37 outubro de 2018 (*Tabularium* nº 08191.109560/2018-78), que encaminha o relatório mensal da
38 Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativo ao mês de setembro de
39 2018; **B.** Memorando nº 94/2018 – SIC, de 11 de outubro de 2018 (*Tabularium* nº
40 08191.109562/2018-67), que encaminha o relatório dos Pedidos de Informação, segundo a Lei
41 12.527/2011, relativo ao mês de setembro de 2018. O Colegiado, à unanimidade, aprovou os
42 relatórios. **5. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL. A.** Memorando nº 306/2018-
43 GCG, de 10 de agosto de 2018 (*Tabularium* nº 08191.085010/2018-56), em que a Corregedoria-Geral
44 informa que a Correição Ordinária dos Promotores de Justiça Adjuntos em Estágio Probatório
45 Danielle Bernardes Pacheco, Danilo Barbosa Sodrê da Mota, Mariana Rocha Rubini e Tiago Dias



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

46 Maia será realizada no período de 3 a 6 de setembro de 2018; **B.** Memorando nº 307/2018-GCG, de
47 10 de agosto de 2018 (*Tabularium* nº 08191.085011/2018-09), em que a Corregedoria-Geral informa
48 que a Correição Ordinária das Promotorias de Justiça do Paranoá será realizada no período de 3 a 6
49 de setembro de 2018; **C.** Memorando nº 326/2018-GCG, de 3 de setembro de 2018 (*Tabularium* nº
50 08191.094399/2018-21), em que a Corregedoria-Geral informa que a Correição Ordinária junto às
51 Promotorias de Justiça de Santa Maria e da 1ª, 9ª, 11ª, 14ª e 18ª Promotorias de Justiça Eleitoral do
52 Distrito Federal será realizada no período de 25 a 28 de setembro de 2018; **D.** Memorando nº
53 332/2018-GCG, de 4 de setembro de 2018 (*Tabularium* nº 08191.096142/2018-11), em que a
54 Corregedoria-Geral informa que a Correição Ordinária do Promotor de Justiça Adjunto em Estágio
55 Probatório Leandro José de Oliveira será realizada no período de 25 a 28 de setembro de 2018; **E.**
56 Memorando nº 338/2018-GCG, de 19 de setembro de 2018 (*Tabularium* nº 08191.100667/2018-51),
57 em que a Corregedoria-Geral informa que a realização da Correição Ordinária junto às Promotorias
58 de Justiça do Gama e de Taguatinga será realizada no período de 8 a 11 de outubro de 2018 e de 15 a
59 16 de outubro de 2018, respectivamente; **F.** Memorando nº 343/2018-GCG, de 19 de setembro de
60 2018 (*Tabularium* nº 08191.100672/2018-63), em que a Corregedoria-Geral informa que a Correição
61 Ordinária das Promotorias de Justiça Adjuntas em estágio probatório Eurilene Miguel de Jesus Manso
62 e Cristina Machado Borges Leal será realizada no período de 8 a 11 de outubro de 2018; **G.** Pedido de
63 vista do Conselheiro José Firmo Reis Soub acerca de decisão que determinou o arquivamento do
64 Expediente nº 08191.043259/2018-94. Após a leitura de voto vista pelo Conselheiro, o Conselho
65 Superior, à unanimidade, converteu o feito em diligência para que fosse determinada a remessa dos
66 autos à Corregedoria-Geral para apurar junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região a efetiva
67 situação do andamento processual que envolve o Promotor de Justiça ora investigado. **H.**
68 Encaminhamento de cópia das decisões que determinam o arquivamento dos seguintes
69 Procedimentos: (1) Expediente nº 08191.016456/2017-50; (2) Expediente nº 08191.016536/2017-13;
70 (3) Expediente nº 08191.016546/2017-41; (4) Expediente nº 08191.016559/2017-10; (5) Expediente
71 nº 08191.023283/2017-26; (6) Expediente nº 08191.026887/2017-24; (7) Expediente nº
72 08191.026947/2017-17; (8) Expediente nº 08191.042314/2017-48; (9) Expediente nº
73 08191.085017/2017-97; (10) Expediente nº 08191.089348/2017-04; (11) Expediente nº
74 08191.101577/2017-04; (12) Expediente nº 08191.026328/2018-03; (13) Expediente nº
75 08191.034970/2018-58; (14) Expediente nº 08191.073363/2018-11; (15) Expediente nº
76 08191.076226/2018-21; (16) Notícia de Fato nº 08191.036774/2017-37; (17) Notícia de Fato nº
77 08191.077225/2018-01; (18) Notícia de Fato nº 08191.077226/2018-48; (19) Reclamação Disciplinar
78 nº 08191.124514/2017-18; (20) Reclamação Disciplinar nº 08191.026671/2018-40; (21) Reclamação
79 Disciplinar nº 08191.043955/2018-09; (22) Reclamação Disciplinar nº 08191.069227/2018-19; (23)
80 Reclamação Disciplinar nº 08191.074108/2018-88; (24) Reclamação Disciplinar nº
81 08191.085086/2018-81; (25) Reclamação Disciplinar nº 08191.103412/2018-40; (26) Reclamação
82 Disciplinar nº 08191.103416/2018-28; e (27) Reclamação Disciplinar nº 08191.103417/2018-72. A
83 Conselheira Katie de Souza Lima Coelho pediu destaque quanto ao item H(19), argumentou para
84 tanto que a expedição de recomendação a membros específicos é considerada punição transversa
85 segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sugere a homologação de arquivamento do
86 feito sem a citada expedição de recomendação e sem embargos de expedição de recomendação de
87 caráter geral pela Corregedoria-Geral sobre o tema. O Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto
88 concorda com a sugestão de que se faça uma recomendação de caráter geral, inclusive para que se
89 corrobore com a ideia de que não somente os Enunciados, mas também que as Recomendações das
90 Câmaras de Coordenação sejam de observação obrigatória para os membros. Os Conselheiros Katie
91 de Sousa Lima Coelho, José Firmo Reis Soub, Selma Leite Sauerbronn de Souza concordam que as
92 Recomendações das Câmaras de Coordenação e Revisão são de extrema importância e devem ser
93 observadas pela classe, mas somente os Enunciados e Súmulas são de caráter obrigatório. O



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

94 Conselheiro José Firmo Reis Soub sugeriu ao Conselheiro e Coordenador das Câmaras de
95 Coordenação Antonio Ezequiel de Araujo Neto que transforme a Recomendação sobre o assunto em
96 Enunciado no âmbito das Câmaras. O Colegiado, à unanimidade, decidiu pela homologação de
97 arquivamento do Expediente 08191.124514/2017-18, item H(19), sem a expedição da recomendação
98 aos 4 (quatro) membros interessados, com sugestão de expedição de recomendação de caráter geral
99 sobre o tema. O Conselheiro José Firmo Reis Soub destacou os itens H(5), H(6), H(8), H(10) e H(11)
100 para elogiar o trabalho conjunto entre Corregedoria e Câmaras de Coordenação e Revisão quanto aos
101 assuntos tratados nas inspeções apontadas. O Conselheiro e Coordenador das Câmaras Antonio
102 Ezequiel de Araujo Neto comunicou que no âmbito das Câmaras Criminais Reunidas e Câmaras
103 Cíveis correlatas autuaram em apartado os relatórios de inspeção e realizaram reuniões com as
104 promotorias especializadas nominadas. O Conselheiro José Firmo Reis Soub questionou sobre o
105 envio do item H(12) ao CNMP, ao que foi respondido que o assunto foi encaminhado ao Conselho
106 Nacional juntamente com os processos a ele afetos. O Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto,
107 sobre o item H(20), destacou a desnecessidade de abertura de procedimento idêntico na Corregedoria
108 do MPDFT quando se efetivou a coisa julgada administrativa no momento do arquivamento do feito
109 no CNMP. O Conselheiro José Firmo Reis Soub pediu vista do procedimento nº 08191.074108/2018-
110 88, item H(23), e comunicou que entrou em contato com o Coordenador Administrativo citados nos
111 itens H(25), H(26) e H(27) para se inteirar dos fatos narrados e que se tratou apenas de alerta para o
112 bom funcionamento o órgão. O Colegiado homologou, à unanimidade, o arquivamento dos demais
113 expedientes. **IV – ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 08190.019118/15-00.** Interessado: Promotor de
114 Justiça Wenceslau Braz Lopes de Barros. Assunto: *Apuração acerca de conduta de membro do*
115 *MPDFT.* Relatora: Conselheira ARINDA FERNANDES. Discussão: Amplo debate entre os membros
116 do colegiado. O Conselheiro José Firmo Reis Soub declarou-se suspeito. As Conselheiras Benis Silva
117 Queiroz Bastos e Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto declararam-se impedidas. **Decisão:** O
118 Conselho Superior, por maioria, acompanhou o voto da Relatora pelo arquivamento do Procedimento
119 Administrativo Disciplinar instaurado em desfavor do Promotor de Justiça Wenceslau Braz Lopes de
120 Barros. Vencidos os Conselheiros Antonio Ezequiel de Araujo Neto e Katie de Sousa Lima Coelho,
121 que votaram pela suspensão do procedimento. **2. Processo nº 08191.065384/2018-55, nº**
122 **08191.065386/2018-44, nº 08191.065388/2018-33, nº 08191.065390/2018-11, nº**
123 **08191.065392/2018-00, nº 08191.065393/2018-46, nº 08191.065395/2018-35 e nº**
124 **08191.065396/2018-80.** Interessados: Promotores de Justiça Adjuntos Tiago Fonseca Moniz, Rafael
125 Leandro Arantes Ribeiro, Rodrigo Fogagnolo Maurício, Leonel Paz Lima, Jediael Alves Ferreira de
126 Sousa, Leonardo Otreira, Fernando José Sakayo Oliveira e Jullyer Gadioli Milanez. Assunto:
127 *Procedimento Interno de acompanhamento individual de estágio probatório.* Relatora: Conselheira
128 TANIA REGINA GONÇALVES PINTO. Discussão: Breve relato dos fatos. **Decisão:** O Conselho
129 Superior, à unanimidade, acompanhou o voto da Relatora pela confirmação no cargo dos Promotores
130 de Justiça Adjuntos Interessados. **3. Processo nº 08191.075964/2016-99.** Interessados: Corregedoria-
131 Geral e Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Proposta de alteração do prazo estabelecido na*
132 *Resolução CSMPDFT nº 184/2014.* Relatora: Conselheira BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS.
133 Discussão: Breve relato dos fatos. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a
134 Relatora pela alteração da Resolução CSMPDFT nº 184/2014, nos termos do voto. **4. Processo nº**
135 **08191.080876/2017-90.** Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça do MPDFT. Assunto: *Proposta de*
136 *alteração da Resolução CSMPDFT nº 82/2008.* Relatora: Conselheira SELMA LEITE
137 SAUERBRONN DE SOUZA. Discussão: Resumo do voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à
138 unanimidade, acompanhou a Relatora pela alteração do artigo 1º, parágrafo único, e artigo 4º da
139 Resolução CSMPDFT nº 82/2008, nos termos do voto. **5. Processo nº 08191.087051/2018-87.**
140 Interessados: Corregedoria-Geral e Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Proposta de Resolução*
141 *que regulamenta os registros anônimos no MPDFT - Denúncia Anônima.* Relatora: Conselheira



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

142 KATIE DE SOUSA LIMA COELHO. Discussão: Dispensada a leitura de relatório e voto já
143 encaminhados por mensagem eletrônica no prazo regimental. **Decisão:** O Conselho Superior, à
144 unanimidade, acompanhou a Relatora pela aprovação da Proposta de Resolução que regulamenta os
145 registros anônimos no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos
146 propostos no voto. **6. Processo nº 08191.103106/2018-11.** Interessado: Promotor de Justiça Bruno
147 Amaral Machado. Assunto: *Pedido de afastamento para participação em Conferência, entre os dias*
148 *19 a 23 de novembro de 2018.* Relator: Conselheiro JOSÉ FIRMO REIS SOUB. Discussão: Leitura
149 de voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pelo deferimento do
150 pedido de afastamento do Promotor de Justiça Bruno Amaral Machado, no período de 19 a 23 de
151 novembro de 2018. **7. Processo nº 08191.062373/2018-13.** Interessada: Promotora de Justiça Liz
152 Elaine de Silvério e Oliveira Mendes. Assunto: *Indicação de titular e suplente para compor o*
153 *Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Intersetorial de*
154 *Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes/DF.* Relator: Conselheiro
155 MAURO FARIA DE LIMA. Discussão: Debate entre os membros sobre a suplência. **Decisão:** O
156 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela designação da Promotora de Justiça
157 Liz-Elainne de Silvério e Oliveira Mendes como membro titular do supramencionado Comitê. Em
158 atenção aos apontamentos dos Conselheiros Antonio Ezequiel de Araujo Neto e Katie de Sousa Lima
159 Coelho, o Conselho deliberou, ainda, que a análise da suplência da composição do Comitê cabe ao
160 Procurador-Geral de Justiça, sendo que, caso recaia sobre membro do MPDFT, fica desde já
161 autorizada pelo Colegiado. **V – MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** O Conselheiro José
162 Firmo Reis Soub realizou comunicação acerca dos seguintes procedimentos: 1. Processo nº
163 08191.078132/2017-13 (Interessada: Promotora de Justiça Alessandra Gabriella Borges Pereira
164 Lorenzo. Assunto: *Afastamento para participar do curso Máster en Derecho Constitucional, a ser*
165 *realizado na Universidade de Sevilha/Espanha, oferecido pela ESMPU).* O Conselheiro informa que
166 suspende o processo até 31/10/19, em cumprimento ao prazo regimental. 2. Processo nº
167 08191.017952/2018-10 (Interessado: Promotor de Justiça Sergio Bruno Cabral Fernandes. Assunto:
168 *Afastamento para frequentar o curso de mestrado Master of Law, da Cornell University – Nova*
169 *Iorque/Estados Unidos).* Informa ainda que suspende o presente procedimento até 30/5/19, também
170 em cumprimento à normatização vigente. 3. Processo nº 08191.103816/2017-52 (Interessado:
171 Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Esclarecimento acerca da Resolução CSMDPFT nº*
172 *243/2018).* Retirado de pauta. 4. Processo nº 08191.090170/2017-36 (Interessado: Conselho Superior
173 do MPDFT. Assunto: *Esclarecimento acerca da Resolução CSMDPFT nº 245/2018).* O Conselheiro
174 José Firmo Reis Soub questionou sobre a melhor interpretação a ser dada ao inciso II, do §3do art. 4º
175 da Resolução CSMPDFT nº 78/2007, redação incluída pela Resolução CSMPDFT nº 245/20018. O
176 Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto, na qualidade de Coordenador das Câmaras de
177 Coordenação e Revisão, sustentou que será proposta a devida minuta de interpretação e eventual
178 alteração de Resolução pelas Câmaras ao Conselho Superior. A Conselheira Katie de Sousa Lima
179 Coelho sugeriu a distribuição da Recomendação de Caráter Geral do CNMP nº 2 para análise pelo
180 Conselho Superior do MPDFT. A Secretária do Conselho Superior Arinda Fernandes apresentou os
181 nomes dos agraciados com a Ordem do Mérito do MPDFT que receberão as comendas na próxima
182 Sessão do Conselho, a saber, o Procurador da República Vladimir Barros Aras, o Juiz de Direito
183 Fernando Antônio Tavernard Lima e as servidoras Lauana Batista Tavares e Maria Simone Magalhães
184 Coelho. Informou, também, os agraciados que ainda não receberam as comendas: Juiz Federal Sérgio
185 Fernando Moro, Ministro do STJ João Otávio Noronha e o Promotor de Justiça Delson Luiz Bastois
186 Ferro (referentes ao ano de 2017) e o Comandante do Exército Brasileiro Eduardo Dias da Costa
187 Villas Bôas, a Procuradora-Geral da República Raquel Elias Ferreira Dodge e a servidora do MPDFT
188 Ana Cristina Chaves Lopes (referentes ao ano de 2018). O Colegiado deliberou que será feita
189 comissão formada por membros do Conselho Superior para entrega da condecoração ao Comandante



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

190 do Exército Brasileiro Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, por estar impossibilitado de comparecer
191 por motivos de saúde. Posteriormente, o Conselheiro Antonio Ezequiel sugeriu que fossem
192 consignados nos assentamentos funcionais moção de elogios aos Promotores de Justiça Ibrahim Jorge
193 Nasser Saad e Carolina Rabelo Soares, pelo projeto *Rede de enfrentamento à violência contra a*
194 *mulher do Gama* e aos Promotores de Justiça Leonora Brandão e Renata de Salles Moreira Borges,
195 pelo projeto *Pai Legal – Identidade Legal*, bem como à Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão
196 Osório e aos servidores Laiane Vasconcelos Leão Velame e José Joaquim Vieira de Araújo, pelo
197 projeto *Atendimento psicossocial e acompanhamento de medidas alternativas em Santa Maria*. A
198 Conselheira Arinda Fernandes sugeriu que também fosse feita moção de elogio nos assentamentos
199 funcionais do Promotor de Justiça Frederico Meinberg pelo excelente trabalho realizado a frente da
200 Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial. O Conselheiro José Firmo Reis Soub
201 solicitou que fosse encaminhado agradecimento ao Procurador de Justiça aposentado Petronio
202 Calmon Alves Cardoso Filho pelo trabalho realizado no MPDFT. Por fim, a data da próxima Sessão
203 Ordinária ficou definida para o dia 9 de novembro de 2018, sexta-feira, às 14h30. Para constar, eu,
204 Arinda Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, a qual vai assinada por mim
205 e pelo Presidente do Conselho Superior.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior
Procurador-Geral de Justiça

ARINDA FERNANDES
Secretária do CSMPDFT
Procuradora de Justiça

Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 12/11/2018.

LEONARDO ROSCOE BESSA - PGJ em 12/11/2018.

.